

Exibir resultados

Entrevistado

2

Anônima

01:57

Tempo para
concluir

1. **Declaração LGPD**

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, os respondentes devem permitir, de forma explícita, consciente e espontânea, que as instituições utilizem os dados informados para fins específicos. Dessa forma, cabe informar antes as condições deste Formulário e do uso das informações:

- Todas informações (inclusive a identificação) são públicas; não haverá informações protegidas ou sigilosas, visto o princípio da transparência presente no instituto da Consulta Pública e não haver captação de dados que possam ser considerados sensíveis.

- As contribuições, análises e resultados serão integralmente disponibilizadas no âmbito do processo, também de acesso público, e a guarda dos dados se dará nos sistemas internos da ANP, especificamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

- O dono de informações pessoais pode retirar o seu consentimento a qualquer tempo, momento no qual seus dados pessoais serão restringidos e passam a não ser utilizados.

- Os respondentes são os responsáveis por suas respectivas manifestações. Identificação ou informações falsas podem se caracterizar como crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Declaração *

☒ Estou de acordo e declaro que estou ciente.

2. **Identificação do(a) responsável pelas contribuições ***

José Mauro Cardoso

3. Informe seu perfil: *

- ☒ Agente Econômico
- ☐ Órgão de Classe ou Associação
- ☐ Órgão de Defesa do Consumidor
- ☐ Instituição Governamental
- ☐ Organização Não Governamental (ONG)
- ☐ Consumidor ou Usuário de Serviços
- ☐ Outra

4. Representa alguma empresa, organização, associação, etc? *

- ☐ Sim
- ☒ Não

5. Informe o nome da sua organização *

Acelen

6. Informe seu cargo na organização: *

Diretor Jurídico

7. Informe seu e-mail de contato: *

jmcardsoso@acelen.com

ESTUDO DO PROBLEMA REGULATÓRIO IDENTIFICADO

Seção 4 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

8. Pergunta 4.1 - O problema regulatório e as causas raízes foram corretamente identificados?

Inicialmente, gostaríamos de cumprimentar e parabenizar a ANP, representada nestes autos pela Superintendência de Produção de Combustíveis – SPC, pela iniciativa no lançamento desta Consulta Prévia, que reflete o seu comprometimento com o diálogo participativo junto ao mercado e as boas práticas regulatórias. Trata-se de problema regulatório bem identificado e tratado na Nota Técnica no. 6/2023/ SPC-CREG/SPC/ANP-RJ, que tem como cerne a busca pela correta identificação do papel do produtor de derivados de petróleo na atividade de armazenagem dentro da cadeia produtiva do petróleo, para, a partir disso, analisar os impactos, vantagens e desvantagens, das regras inseridas nos arts. 26 e 42, da Res. ANP 852/21 – que restringem a prestação dos serviços de armazenagem, pelos produtores a outros agentes regulados, apenas dos produtos que tenham sido produzidos nas suas próprias instalações. Digno de nota, preliminarmente, a ressalva, bem apontada pela SPC, no sentido de que as instalações de armazenagem tratadas na presente análise não guardam relação com as regras de livre acesso, na medida em que não se confundem com infraestruturas de movimentação, definidas em Lei como essenciais – e que, por isso, possuem tratamento próprio na regulação setorial. Trata-se de premissa fundamental para o correto enquadramento do tema, e que não deve, em qualquer hipótese, ser desviada para se levar a algum entendimento de que instalações de armazenagem que atendem à atividade de produção de combustíveis devam estar sujeitas ao acesso compulsório por terceiros. Outra premissa, conectada com a anterior, e que reputamos relevante para o melhor entendimento da matéria consiste na diferenciação das atividades econômicas envolvidas nesses dois grupos de ativos. Enquanto as instalações de armazenagem são concebidas para operar – e assim o fazem, via de regra – de maneira dedicada às atividades de produção de combustíveis (são responsáveis, basicamente, pelo suprimento de insumos e escoamento da produção), como etapa indispensável ao processo produtivo, as infraestruturas de movimentação possuem a finalidade de garantir o adequado transporte dos produtos pelo território nacional em modais estratégicos, e que, via de regra, são de difícil duplicação – no caso, a Lei do Petróleo incluiu expressamente nessa categoria os dutos de transporte e os terminais marítimos. Logo, entendemos oportuna a conclusão da SPC no sentido de que não haveria que se falar, em uma análise ex ante, em concorrência entre as atividades de armazenagem e de movimentação, na medida em que as infraestruturas associadas a cada uma delas possuem finalidades distintas – como também reconhecido pela SDC no Ofício no. 101/2023/SDC/ANP-RJ1. Dito isso, e considerando ainda a relevância de se garantir, sempre que possível e respaldado em Lei, a liberdade ao agente econômico para a tomada das decisões que entender cabíveis para a melhor rentabilidade do seu negócio, o que inclui a disponibilidade e o uso da sua infraestrutura, em livre negociação com terceiros, manifestamos a nossa posição no sentido de que a atual restrição imposta à prestação dos serviços de armazenagem, pelos produtores, não se mostra a melhor alternativa regulatória. Pelas razões expostas, e registrando desde já as vênias aos posicionamentos em sentido contrário, não nos opomos à revogação dos arts. 26 e 42, da Resolução ANP 852/21, caso assim a ANP entender oportuno. Sendo o que nos cumpria informar, renovamos votos de elevada estima e consideração, e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais necessários.

9. Pergunta 4.2 - Existem causas raízes que não foram identificadas?

10. Pergunta 4.3 - Além da dedução realizada pela SPC de que o problema regulatório referiu-se à potencial concorrência entre refinadores e terminais aquaviários em bases desiguais, há outra interpretação possível ao problema regulatório identificado desse histórico?

11. Pergunta 4.4 - Existem outros elementos relevantes que foram desconsiderados na análise histórica do processo de revisão que resultou na atual redação do art. 26 da Resolução ANP nº 852/2021?

12. Pergunta 4.5 - Todas as atividades de armazenagem e movimentação devem ser consideradas como um único mercado pela ANP?

13. Pergunta 4.6 - A limitação da oferta do serviço de armazenagem por produtores de derivados de petróleo limita a concorrência no mercado de armazenagem?

14. Pergunta 4.7 - Qual a motivação técnica, econômica ou concorrencial para limitar a oferta dos serviços de armazenagem por parte dos produtores de derivados de petróleo?

15. **Pergunta 4.8 - A atual limitação da oferta de serviço de armazenagem dos produtores de derivados de petróleo instituiu reserva de mercado ao excluir esses agentes da oferta desse serviço?**

16. **Pergunta 4.9 - No caso de um produtor de derivados de petróleo sem acesso às instalações que a legislação nacional garante o direito de terceiros a acessarem, qual é a justificativa técnica, econômica ou concorrencial para limitar a oferta do serviço de armazenagem?**

17. **Pergunta 4.10 - Como as normativas que garantem o direito de terceiros acessarem às instalações de transporte de combustíveis regulados pela ANP amparam a restrição à atividade de armazenagem por parte dos produtores, tal como alegado pelo parágrafo 4.19 do Parecer nº 7/SIM-CAL?**

18. **Pergunta 4.11 - A "função primordial", tal como delimitado no Parecer nº 7/SIM-CAL, dos produtores de derivados de petróleo e dos terminais terrestres é um item habitual em análises concorrenciais? Há amparo teórico para a análise de diferentes "funções primordiais" na promoção da concorrência no mercado de armazenagem de produtos regulados pela ANP?**

19. **Pergunta 4.12 - À luz das diretrizes emanadas pela LEI 13.874/2020, particularmente seus artigos 2º e 4º, a atual restrição à atividade de armazenagem em produtores de derivados de petróleo visando limitar a atuação desse agente a sua "função primordial", tal como delimitado no Parecer nº 7/SIM-CAL, é justificada do ponto de vista concorrencial?**

20. **Pergunta 4.13 - No caso da REFAP, a substituição do produtor de derivados de petróleo por terminal terrestre, considerando a sua "função primordial", é elemento suficiente para promover a concorrência naquele mercado?**

21. **Pergunta 4.14 - No caso da REFAP, como a sua conversão em terminal terrestre alteraria o direito de terceiros acessarem o duto de transporte ou o sistema de transporte? Quais as implicações da sua conversão em terminal terrestre para o direito de terceiros acessarem o sistema de transporte?**

22. **Pergunta 4.15 - Existe alguma restrição ou limitação a atuação de agentes da cadeia produtiva do petróleo na operação ou propriedade de terminais terrestres? Mais precisamente, a Petrobras pode continuar a operar eventual terminal terrestre a partir da segregação dos tanques de armazenagem da REFAP ou há algum impedimento regulatório/legal?**

23. **Pergunta 4.16 - Consegue identificar mais impactos positivos ou negativos em cada agente listado? Quais?**

24. **Pergunta 4.17 - Existem outros atores impactados direta ou indiretamente que não foram identificados? Quais?**

IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL

Seção 5 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

25. **Pergunta 5.1 - Existe base legal adicional que não foi citada? Qual?**

DEFINIÇÃO DO OBJETIVO

Seção 6 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

26. **Pergunta 6.1 - O objetivo geral está bem delimitado?**

27. **Pergunta 6.2 - Existem outros elementos a serem incorporados ao objetivo? Quais?**